

A onda do sustentável: alternativa ou retórica de poder?

Pedro Boff, João Claudio Zanata e
Tassio Dresch Rech

A pesar dos seus 1,13% do território brasileiro, Santa Catarina ocupa liderança nacional em várias economias agrícolas, entre as quais a produção de maçã (1º), alho (1º), cebola (1º), fumo (1º), arroz irrigado (1º em produtividade/2º em produção), frangos (2º), suínos (3º), feijão (3º), milho (5º) e banana (5º). Nossa estrutura fundiária, com mais de 90% das propriedades de pequenos e médios produtores rurais - média de 50ha por propriedade - é citada como exemplo a seguir em várias instituições nacionais, internacionais até mesmo pela ONU. Se por um lado isto é motivo de orgulho, não muito animadora é a situação socioeconômica do agricultor catarinense.

A falta de subsídios, corte de crédito e mercados globalizados evidenciam apenas os sinais de colapso do modelo de desenvolvimento agrícola adotado, que há muito vem impondo processo de descapitalização e exaustão dos recursos naturais com crescente marginalização do agricultor e êxodo rural. Isto, na verdade, é decorrência de todo um processo internacional de submissão às economias e tecnologias dominantes, e não há como negar a intenção de sustentar este padrão por mais que se lute contra ele. Esta realidade política, onde o fluxo de poder se mantém, apesar de toda a retórica do sustentável, não é muito diferente em outros países latino-americanos. É fácil de entender que a manutenção do domínio econômico dos países ricos é condição *sine qua non* para qualquer negociação inter-

nacional. Daí a conseqüente retirada de subsídios agrícolas, obrigação imposta pelos países dominantes, e transferência de recursos para outros setores da economia. Não obstante este quadro caótico é preciso refletir o indesejado. Como sair do insuportável para não cair no sofrível. Em décadas anteriores falava-se de revolução popular (luta armada), como forma de evitar o caos; porém, os exemplos mostraram que as contrarrevoluções (elites) são mais fortes e geram frutos à custa da carnificina; quando não ocorre o contra-golpe pelo domínio militar, agravando ainda mais a ineficiência do Estado. A autonomia político-econômica, garantida em declaração universal (ONU, 1974), coloca os direitos à autodeterminação dos povos e à liberação da opressão estrangeira como direitos humanos legítimos, não obstante a manipulação do Grupo dos Sete. No entanto, os mecanismos econômicos internacionais continuam garantindo interferência direta nas políticas nacionais (FMI, Banco Mundial). Qual é o nosso papel?

No setor agropecuário, este contexto macroeconômico é sustentado por um paradigma tecnológico que nos impede de progredir independentemente. O modelo foi tão excludente que hoje se estima que apenas 10% dos agricultores latino-americanos têm condições plenas de acesso e aplicação das tecnologias modernas (FAO). É preciso que tenhamos coragem de não só analisar, criticar e denunciar, mas também de procurar métodos e processos de planejamento que permitam construir paradigmas, os quais oportunizem acesso ao desenvolvimento a todos e na forma que nossas futuras gerações o desejariam. Nas atuais circunstâncias do neoliberalismo, privatização, corte de crédito, o governo, através de suas políticas, deixa os agricultores acuados. Como modernizar - tornar eficiente - a agricultura sem dispor de recursos para fazê-lo. Neste contexto,

a agricultura "moderna" - consumidora de agroquímicos e outras tecnologias acabadas - está com seus dias contados, pela própria necessidade de sobrevivência do agricultor. Isto nos conduz à óbvia necessidade de adotar conhecimentos, princípios e habilidades para que se potencializem todos os recursos existentes na propriedade, ou seja, oportunizar aos agricultores buscar seu próprio modelo de desenvolvimento (autóctone).

A opção tecnológica, quando voltada aos pequenos agricultores rurais, é o exercício de justiça social na aplicação dos recursos públicos, a qual visa promover o desenvolvimento equitativo de forma sustentável. Uma empresa rural que está ciente de sua responsabilidade social certamente não será excluída do processo, uma vez que prime pela valorização da mão-de-obra, produza alimentos saudáveis e priorize mercados internos a preços compatíveis.

Uma definição fundamental que se impõe à discussão é a diferença entre o "*Desenvolvimento Agrícola*" e o "*Desenvolvimento Rural*". Enquanto o desenvolvimento agrícola trata de promover o crescimento da produção e produtividade das técnicas/produtos, o desenvolvimento rural procura além da melhoria no nível e na distribuição da renda, a valorização da qualidade de vida, nos seus múltiplos aspectos.

Tendo-se estes conceitos esclarecidos, torna-se fácil perceber se uma proposta de desenvolvimento aponta para a sustentabilidade dos sistemas rurais ou se ofusca sua direção. Mais do que o agricultor ou o grupo técnico-profissional, a sociedade deve exercer sua cidadania, exigindo do governo que os fartos recursos do contribuinte não caiam na mão da vaidade política ou se percam nos caminhos burocráticos do poder, e sim cheguem ao atendimento decente e igualitário da saúde pública e educação. No que cabe à agricultura,

as políticas públicas devem resgatar o valor cultural da Agricultura Familiar, que ainda representa 75% da produção. Esta opção irá proporcionar meios para que as famílias rurais se viabilizem socioeconomicamente, tenham orgulho de suas atividades, produzam excedentes agrícolas sadios e saudáveis a custos acessíveis a todos e, especialmente, aos que, de modo crescente, são privados de uma dieta digna do ser humano. Qual será a base científica, a formação profissional e a extensão rural para esta mudança?

Desafios da agricultura catarinense

Carlos Luiz Gandin

O aumento do consumo de alimentos, causado principalmente pela estabilização da economia brasileira, levou as autoridades governamentais a se preocuparem em atender as até então reprimidas demandas da sociedade. Se na década de 70 se dizia que "exportar é o que importa", hoje o pensamento econômico está para as importações, sempre que necessário suprir alguma demanda no mercado.

Diante da globalização da economia, faz-se necessária uma análise do setor agrícola catarinense, como um componente das transformações que estão ocorrendo no momento. A agricultura catarinense constitui-se numa das mais eficientes do país, situando inclusive o Estado entre os principais produtores de alimentos, apesar da pequena área territorial. Desta forma, acreditamos que os governantes continuem a propiciar-lhe as condições para uma produção

mais competitiva dentro do novo contexto que se vislumbra com o MERCOSUL. A ciência e a tecnologia geradas pela pesquisa agropecuária, através de modernos métodos de investigação, principalmente pela EPAGRI, serão necessários mais do que nunca para que os produtores rurais possam satisfazer as crescentes demandas de uma sociedade de consumo cada vez maior.

Foi à custa de longos anos de trabalhos de pesquisa e extensão rural que o Estado conseguiu elevar a produtividade agrícola até os níveis atuais, mas apenas alguns anos de desatenção poderão ser suficientes para comprometer seriamente os serviços que são prestados à comunidade rural catarinense. A agricultura é um processo biológico, sujeito às ações do clima, do meio ambiente e do solo, e somente um sistema eficiente de pesquisa e extensão rural será capaz de gerar as tecnologias necessárias aos sistemas de produção e transferi-las aos produtores, de forma a atender às aspirações da sociedade de hoje e no futuro.

Com o advento da agricultura moderna, mister se faz o conhecimento mais detalhado dos fatores de produção, porque o sucesso das atividades agropecuárias depende não apenas das inovações de tecnologias, mas acima de tudo também das condições ecológicas e da sustentabilidade do meio ambiente.

A conscientização dos consumidores pela busca de uma melhor qualidade de vida também é um grande desafio para a agricultura catarinense, que começa a sentir a necessidade de adequação dos atuais meios produtivos e dos sistemas de produção vigentes, para atender a demanda de novos mercados como consequência da globalização da economia. A necessidade de se melhorar a qualidade e a competitividade dos serviços e produtos, com vista a atender as novas exigências dos consumidores, tem sido

sentida de forma marcante na produção de alimentos, em função da crescente necessidade de utilização de agrotóxicos. Além disso existem fortes implicações dos atuais sistemas produtivos sobre a degradação do meio ambiente.

A aplicação desordenada dos produtos químicos no setor primário tem levado freqüentemente à intoxicação de pessoas e animais, além da poluição do solo e dos mananciais de água. Assim a agricultura catarinense necessita de novas alternativas tecnológicas para a proteção das lavouras contra as pragas e doenças, levando em consideração não somente os aspectos fitotécnicos e econômicos da produção, mas também, e acima de tudo, a qualidade dos produtos oferecidos ao mercado consumidor, bem como a mínima agressão ao meio ambiente.

Dentro deste contexto, a EPAGRI através da Estação Experimental de Ituporanga desponta como pioneira, pela proposta de projetos de pesquisa na área da Agroecologia, Agricultura Orgânica e Auto-sustentabilidade do meio ambiente, fazendo com que o setor primário catarinense possa tornar-se competitivo internacionalmente. Assim, os produtores poderão oferecer mais em qualidade e competitividade, o meio ambiente será mantido em equilíbrio e os consumidores se sentirão mais satisfeitos.

Pedro Boff, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. nº 7.148-D, CREA-SC, EPAGRI/Estação Experimental de Ituporanga, C.P. 98, Fone (047) 833-1409, Fax (047) 833-1364, 88400-000 Ituporanga, SC, **João Claudio Zanata**, eng. agr., Cart. Prof. nº 20.089, CREA-SC, EPAGRI/Estação Experimental de Lages, C.P. 181, Fone (049) 224-4400, Fax (049) 222-1957, 88502-970 Lages, SC e **Tassio Dresch Rech**, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 8.148-D, CREA-SC, EPAGRI/Estação Experimental de Lages, C.P. 181, Fone (049) 224-4400, Fax (049) 222-1957, 88502-970 Lages, SC.

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. nº 3.141-D, CREA-SC, EPAGRI/Estação Experimental de Ituporanga, C.P. 121, Fone (047) 833-1409, Fax (047) 833-1364, 88400-000 Ituporanga, SC.